PROJETO DE LEI Nº

, DE 2021

(Do Sr. Carlos Bezerra)

Altera a Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre a obrigatoriedade da negociação coletiva e a instauração de dissídio coletivo na Justiça do Trabalho e revoga os §§ 2º e 4º do art. 3º.

O Congresso Nacional decreta:

8 5°	Os	sindicatos	representativos	de	categorias
"Art. 2°					
2000, passa a vigorar com a	s seg	juintes aitera	ições.		

econômicas ou profissionais e as empresas, quando provocados, não podem recusar-se à negociação.

Art. 1º O art. 2º da Lei nº 10.101, de 19 de dezembro de

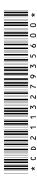
§ 6º No caso de recusa à negociação, é facultada aos sindicatos a instauração de dissídio coletivo."

Art. 2º O *caput* do art. 4º da Lei nº 10.101, de 2000, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso:

"Art. 4°	 	
III – dissídio coletivo."		

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.





Apresentação: 27/10/2021 13:58 - Mesa

JUSTIFICAÇÃO

O art. 7º, inciso XI, da Constituição Federal garantiu a todos os trabalhadores o direito à "participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei".

A Lei nº 10.101/00 regulamentou o dispositivo constitucional. A nosso ver, entretanto, a legislação ordinária cometeu um grave equívoco, pois, em vez de garantir o direito, limitou-se a discorrer sobre os procedimentos a serem seguidos para a concessão da participação nos lucros ou resultados (PLR), desde que o empregador aceite participar da negociação. Ou seja, transformou o direito do trabalhador em uma faculdade do empregador.

Embora reconheçamos a evolução ocorrida na cultura empresarial brasileira, desde a edição da Medida Provisória nº 794/94, que originou a Lei nº 10.101/00, entendemos, pelos equívocos que nela percebemos, que a regulamentação atual não tem sido suficiente para dar efetividade à previsão constitucional.

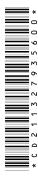
Note-se que a lei estabelece que a PLR será definida por negociação, o que, no entendimento do Tribunal Superior do Trabalho, exclui a competência da Justiça do Trabalho para estabelecer regras e critérios sobre esse direito.

Não há, por outro lado, no texto da lei, qualquer imposição às empresas para que participem da negociação. Se o empregador decidir não satisfazer o direito do trabalhador, basta recusar-se a negociar.

Para sanar as omissões da legislação que trata da PLR, propomos, inicialmente, que seja incluída, na Lei nº 10.101/00, a previsão do art. 616 da CLT, segundo o qual os sindicatos representativos de categorias econômicas ou profissionais e as empresas, quando provocados, não podem recusar-se à negociação.

Propomos, outrossim, que a lei autorize a instauração de dissídio coletivo, tanto na hipótese de recusa à negociação como no caso de seu insucesso.





de 2021.

Apresentação: 27/10/2021 13:58 - Mesa

Com essas razões, apresentamos este Projeto de Lei e rogamos aos nossos Pares apoio para sua célere aprovação, que, certamente, resultará na melhoria da condição de vida dos trabalhadores brasileiros.

Sala das Sessões, em de

Deputado Carlos Bezerra

2009_2239_Carlos Bezerra

